A exclusão escolar no Brasil: entenda os desafios

Estratégia Busca Ativa Escolar lança campanha para incentivar estados e municípios a intensificar os esforços no enfrentamento à exclusão escolar

Apesar de a legislação do Brasil garantir o direito à educação a todos os meninos e todas as meninas, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que ainda existe um contingente de 1,1 milhão de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola no país. [1] Esse número corresponde a 2,7% da população dessa faixa etária – e todos(as) deveriam estar estudando.

Além disso, há um grande número de crianças e adolescentes que estão em situação de atraso escolar ou foram reprovados(as), o que aumenta as chances de exclusão e de abandono. Segundo o Censo Escolar 2018, as redes públicas municipais e estaduais do Brasil somam 6,4 milhões de estudantes com dois anos ou mais de atraso e 2,6 milhões de estudantes reprovados(as). O fracasso escolar atinge principalmente as meninas e os meninos que já são privados(as) de outros direitos constitucionais.

[1] O questionário do módulo de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) é aplicado anualmente, sempre no segundo trimestre do ano, em uma pequena parcela dos domicílios brasileiros. Essa parcela de domicílios compreende a amostra da pesquisa, desenhada para garantir que as estimativas feitas com os dados tenham representatividade para todos os domicílios brasileiros nos níveis nacional, estadual e em algumas regiões metropolitanas. Por serem estimativas, dados de pesquisas amostrais não são exatos. Buscando simplificar a leitura, optou-se por suprimir algumas casas decimais das estimativas.

Causas da exclusão

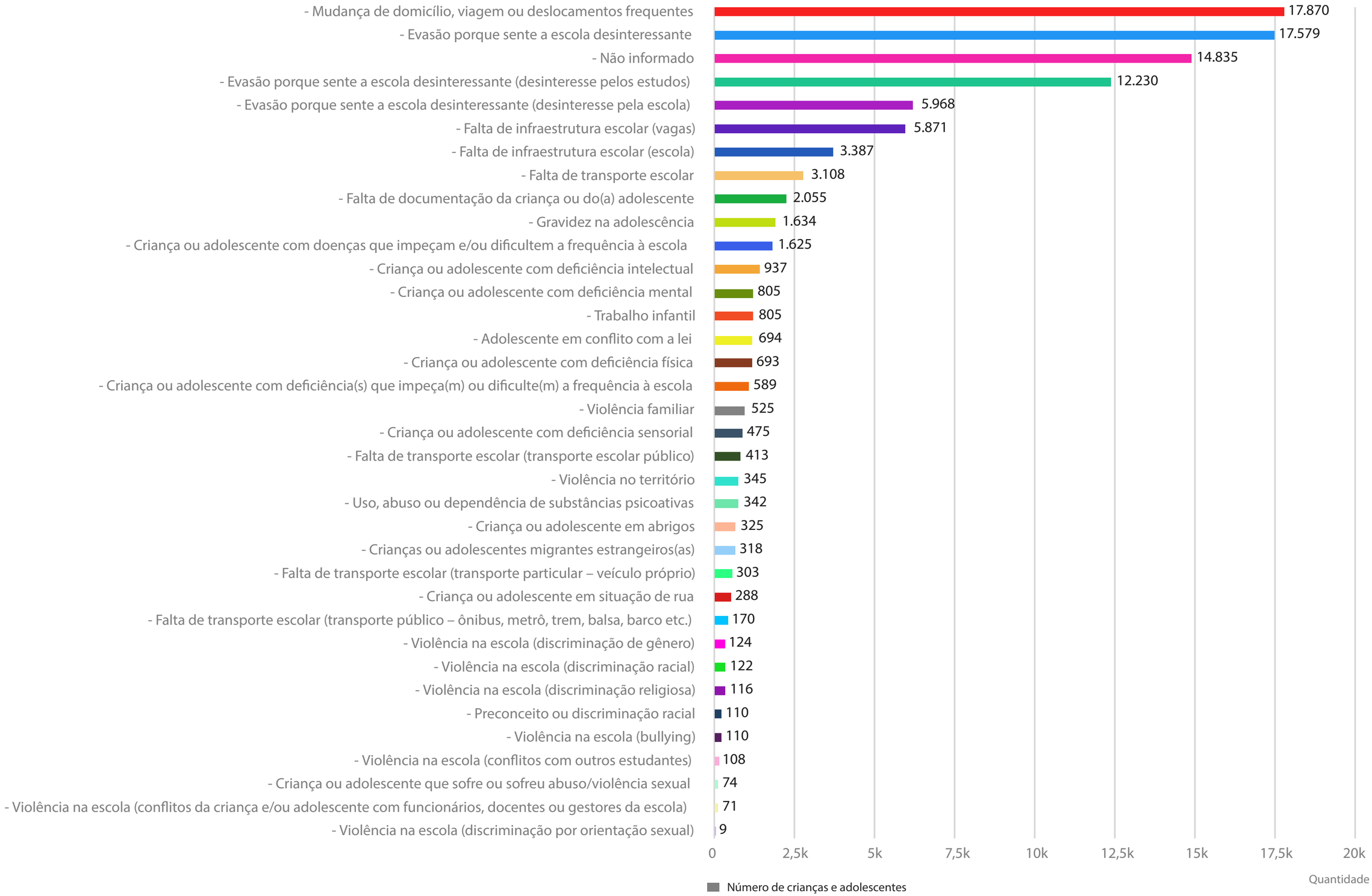
São várias as causas da exclusão escolar. Análises [2] realizadas pelo UNICEF e seus parceiros indicam que, em todas as regiões e faixas etárias, os principais desafios para o acesso e a permanência na escola são a discriminação racial, a pobreza, a violência e a baixa escolarização dos pais, mães ou responsáveis. Por isso, as crianças e os(as) adolescentes mais afetados(as) pela exclusão escolar são negros(as), vivem no campo, são de famílias de baixa renda e têm pais, mães ou responsáveis com pouca ou nenhuma escolaridade. Também estão entre os(as) mais excluídos(as) meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração e estão em conflito com a lei.

Além desses fatores, que são comuns em todo o país, outras causas da exclusão escolar têm relação direta com aspectos regionais. Por exemplo, conforme apontam os casos inseridos na plataforma Busca Ativa Escolar (veja gráfico), que fornece mais detalhes e evidências sobre os cenários locais, nos estados da Região Norte, dominada pela Floresta Amazônica, a exclusão muitas vezes está relacionada com a dificuldade de acesso às escolas e mesmo à falta de documentação da criança ou do(a) adolescente, por causa dos altos índices de sub-registro de nascimentos que ainda existem nesses estados. A questão da falta de documentação também aparece com frequência nos estados da Região Nordeste, assim como a falta de infraestrutura escolar.

[2] Busca Ativa Escolar. Brasília, DF: UNICEF; Instituto TIM; Congemas; Undime, 2017.

As causas da exclusão escolar no Brasil

Dados da plataforma Busca Ativa Escolar



Fonte: Busca Ativa Escolar. Os dados referem-se aos casos em andamento e concluídos, filtrados por motivo. Informações de 14 de setembro de 2020.

O enfrentamento da exclusão escolar em crises e emergências

Se o cenário de exclusão escolar já era desafiador para as redes públicas de ensino em 2019, com a pandemia de covid-19 as dificuldades aumentaram. De acordo com dados da Pnad Covid-19, edição da pesquisa do IBGE criada especificamente para medir os efeitos do novo coronavírus no país, 3,5% dos(as) estudantes de 6 a 16 anos de idade não tiveram nenhuma atividade escolar disponibilizada em agosto de 2020. A grande maioria (70,9%), no entanto, recebeu atividades por 5 dias ou mais.

Diversos esforços vêm sendo empreendidos por estados e municípios para que as escolas não parem durante a suspensão das aulas presenciais. Segundo pesquisa realizada em agosto de 2020 pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do UNICEF e do Itaú Social, sobre as ações das secretarias municipais de Educação durante a pandemia de covid-19, 96% das 4.272 redes municipais que participaram do levantamento oferecem atividades educacionais não presenciais a seus(suas) estudantes. Desse total, 3.593 redes combinam ao menos uma estratégia de ensino não presencial via internet com outra sem uso de internet, 460 utilizam somente estratégias sem mediação da internet e 219 oferecem apenas atividades on-line.

No entanto, mesmo os(as) estudantes que realizam atividades escolares não presenciais estão sujeitos(as) ao risco de abandono ou evasão escolares. A pesquisa Educação não presencial na perspectiva dos estudantes e suas famílias, realizada em julho de 2020 pelo instituto de pesquisa Datafolha, [3] aponta que 38% dos(as) responsáveis por estudantes da rede pública disseram temer que os(as) filhos(as) desistam dos estudos por estarem com dificuldades para acompanhar as atividades propostas pelas escolas. Além disso, os(as) responsáveis entrevistados(as) disseram que os(as) estudantes estão menos motivados(as) (51%) ou perderam o interesse (18%) pelas atividades no período sem aulas presenciais.

Para enfrentar os desafios, as redes estaduais e municipais têm usado uma série de estratégias que combinam atividades remotas, entrega de materiais impressos, grupos on-line de diálogo entre professores(as) e estudantes e/ou com famílias e até mesmo contato presencial, com os devidos cuidados sanitários, quando o acesso remoto é difícil, como no caso de estudantes que moram em áreas rurais.

Porém, manter o interesse dos(as) estudantes nos estudos ainda é um desafio – já presente mesmo antes da pandemia e, com ela, intensificado. A falta de interesse representa um risco significativo para o aumento nas taxas de distorção idade-série (dois anos ou mais de atraso escolar), dificuldades de aprendizagem, abandono e evasão escolares. Segundo os dados reportados até o momento pelos municípios que aderiram à Busca Ativa Escolar na plataforma da estratégia, o desinteresse é uma das principais causas de exclusão escolar (veja gráfico).

[3] Foram realizadas 1.056 entrevistas com pais ou responsáveis de estudantes de escolas públicas municipais e estaduais de todo o país, com idade entre 6 e 18 anos, dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio.

Outro ponto de atenção é a situação de vulnerabilidade socioeconômica de muitas famílias, que também foi agravada com a pandemia. A pesquisa Impactos primários e secundários da covid-19 em crianças e adolescentes, realizada pelo Ibope Inteligência para o UNICEF em agosto de 2020, revela que mais da metade dos(as) respondentes (55%) teve decréscimo na sua renda familiar durante o período da pandemia. A proporção chegou a 63% entre aqueles(as) que residem com crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos de idade.

Busca Ativa Escolar: uma estratégia completa contra a exclusão

Essa piora da situação econômica das famílias com crianças e adolescentes em idade escolar pode levar a um aumento dos números de trabalho infantil e/ou precário, de casos de violências física e sexual e de violações de direitos de grupos da população já vulneráveis, como meninas e meninos indígenas e quilombolas, migrantes, em situação de rua, em unidades de acolhimento institucional, com deficiência e em conflito com a lei.

Por isso, é importante que estados e municípios realizem um acompanhamento mais intenso dos(as) estudantes já matriculados(as) em suas redes de ensino a fim de prevenir o abandono e a evasão escolares, com um cuidado especial para aqueles(as) que foram inseridos(as) na escola por meio da Busca Ativa Escolar.

A estratégia foi desenvolvida pelo UNICEF, Undime e parceiros com o objetivo de apoiar estados e municípios na garantia de direitos de crianças e adolescentes e no enfrentamento da exclusão escolar. E foi adaptada para atender aos desafios que a pandemia impôs às redes de educação, reunindo recomendações e orientações específicas para situações de crises e emergências. Além disso, disponibiliza guias, manuais, estudos, materiais e um curso on-line para apoio técnico e suporte aos municípios e estados participantes.

Para garantir que todas as meninas e todos os meninos tenham acesso aos serviços públicos e tenham todos os seus direitos garantidos, especialmente o direito à educação, é fundamental que estados e municípios implementem a estratégia em articulação com diferentes setores (educação, saúde, assistência social, sistema de Justiça, organizações da sociedade civil, entre outros).

Como parte desses esforços, o UNICEF e a Undime, junto com os parceiros Congemas e Conasems, lançam agora uma campanha na qual convidam todos os estados e municípios a se unirem pelo fim do abandono e da exclusão escolares. Por meio de ações de informação e de mobilização para diversos públicos, a intenção é ampliar o nível de compreensão dos desafios e, assim, avançar cada vez mais no enfrentamento do problema e na concretização da educação como direito inalienável. Seu slogan é Fora da Escola Não Pode! Mesmo que a escola esteja funcionando em outros formatos .

A campanha conta com diversos materiais e sugestões de abordagem, indicados como ponto de partida para facilitar e apoiar estados e municípios em seu trabalho de divulgação e de engajamento.

Os materiais estão disponíveis em www.buscaativaescolar.org.br/campanha.

Mais informações sobre a estratégia Busca Ativa Escolar em www.buscaativaescolar.org.br/.